

SEMIÓTICA NARRATIVA: um método, seu alcance e seus limites

Regina Zilberman*

1. Uma ciência e seus problemas

A necessidade de compreender a natureza e composição da narrativa remota às primeiras formulações teóricas sobre a poesia épica, com Platão e Aristóteles, cujas especulações asseguraram a este gênero um **status** próprio. A existência da Semiótica Narrativa deve ser entendida num primeiro momento, portanto, integrada neste pano de fundo histórico, cujo elo de união é a compreensão do fenômeno da narratividade. Este, por sua vez, não se limita à literatura ou aos textos ditos artísticos, mas consiste numa propriedade humana, poder-se-ia dizer, num tipo de linguagem, que se manifesta em diferentes âmbitos, como a epopéia, o mito, a HQ, sonho, etc. Em função disto é que atraiu a atenção da Semiologia, que percebeu neste modo de expressão de uma habilidade humana a presença de um conjunto de signos que lhe são congênitos. Por isso, a Semiótica Narrativa também parece ter um **status** independente, embora empregue métodos tomados de empréstimo de ciências afins (a Lingüística, a Semântica etc.). Tal tipo de procedimento justificar-se-ia: o alvo da Semiótica Narrativa é não a análise do texto particular, mas a descoberta — analogamente à Semiologia Geral — das leis que comadam a composição narrativa.

* Trabalho apresentado no XV Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas. Rio de Janeiro, 25-30/07/1977.

Assim, embora não reflita (como fizera Aristóteles, por exemplo) sobre a natureza da narração, que talvez se situe na índole narradora do ser humano, quer constituir uma gramática que abarque os **contantes** subjacentes ao contado. Neste sentido, o pioneiro desta ciência foi o russo Wladimir Propp, que procedeu a uma morfologia do conto, posteriormente tornada a base dos estudos estruturais de vários de seus seguidores, como Cl. Bremond, A. — J. Greimas, J. Ihwe, A. Dundas, Cl. Chabrol, entre outros.

É a ambição da constituição da gramática narrativa que explica a utilização da metodologia lingüística; porém, resulta daí uma grande dificuldade: como abarcar a significação do texto particular, isto é, como tratar de modo interpretativo a individualidade narrativa — na suposição de que alguém conte algo, visando a dizer alguma coisa. E a dificuldade cresce, quando se pensa que não é possível simplesmente o recurso à Semântica, já que os signos, agrupados na ordem da narração, adquirem uma significação suplementar, a que dá conta do **narrado**, e ocupam um espaço que não pode ser modificado, sob pena de alterar substantivamente a seqüência histórica. Este problema levou alguns autores a se voltarem às pesquisas de Cl. Lévi-Strauss que, por sua vez, partindo da contribuição da Lingüística Estrutural, estuda o repertório mítico da civilização chamada selvagem. Como procede ele? É no ensaio "A estrutura dos mitos" que o Autor mostra como, redistribuindo os acontecimentos expressos pelo mito através dos eixos paradigmático e sintagmático, pôde chegar a um esquema que englobe tanto a sua estrutura narrativa, como seu sentido. Num ensaio posterior, "A gesta de Asdiwal", ele confirma que toda a seqüência narrativa que se desenvolve no tempo (horizontalmente, pois) supõe um esquema vertical que dá conta de seu conteúdo subjacente, ao qual denomina "inconsciente". Este termo tem então um sentido duplo: é, de um lado, o significado oculto de um texto, numa acepção de natureza freudiana; mas, de outro, encontra-se fortemente organizado através de uma rede de oposições formais e esquemáticas, cuja função é orientar a ação do pensamento e da razão — sendo, pois, uma "estrutura" comum a todos os homens e não um mero "depósito" de vivências extremamente pessoais. Em vista disto, torna-se possível, através da análise comparada de textos, chegar a uma raiz comum, esta que a Semiótica (Narrativa) julgará a **competence** (narrativa).

Nesta medida, uma análise comparada de textos (literários ou não; ainda não se coloca a questão do valor estético) deverá ter como meta alcançar seu denominador comum: porém, tendo-se como ponto de partida o método de Lévi-Strauss, esse substrato não significa uma forma vazia, mas os valores ideológicos que os fundamentam, isto é, o seu conteúdo latente. É nestes termos que a Semiótica Narrativa pode ser uma importante contribuição para

a análise textual ou a literatura comparada; porém, se resulta na revelação de traços comuns equivalentes — que são o inconsciente, mas também a norma (Lévi-Strauss, nas **Mitológicas**, chama-os de **código**) — urge perguntar a seguir pelo seu contrário, qual seja, pela individualidade dos textos, que é o lugar onde pede estar situada a questão do valor.

2. As narrativas de origem mítica

Como a perspectiva metodológica inspira-se na obra de Lévi-Strauss, serão trabalhados textos cuja procedência abeira-se do mito, como **Iracema — Lenda do Ceará**, de José Alencar, **A Salamanca do Jarau**, presente nas **Lendas do Sul**, de J. Simões Lopes Neto, e a narrativa que conta a origem da noite entre os índios, recolhida por Couto de Magalhães e compilada por Câmara Cascudo, na **Antologia do Folclore Brasileiro**. Examinados os textos a partir de seu resumo, verifica-se que, à primeira vista, eles pouco têm em comum:

Iracema: A heroína, sacerdotisa indígena, apaixona-se pelo soldado português Martim e, por ele, abandona sua tribo e missão religiosa, indo viver com o amado no litoral cearense. Como esse volta-se às atividades guerreiras (estabelecimento da colonização portuguesa), ela fica só. Grávida, vem a ter um parto na solidão; debilitada com as tarefas de alimentação do filho Moacir, morre. Martim, ao voltar, encontra a criança e leva-a a Portugal, de onde retorna anos mais tarde.

A Salamanca do Jarau: Expulsos da Espanha após a Reconquista, os árabes vêm para a América com os seus tesouros e uma princesa. Aqui, aliam-se a Anhangá-Pitã, que transforma a princesa numa teiniaguá encantada. Capturada por um sacristão missioneiro, ela o seduz, fazendo com que ele seja expulso do meio cristão. Ambos passam a viver na gruta do Jarau durante 200 anos, sendo libertados finalmente por Blau Nunes, que emprega diante deles a saudação cristã.

A lenda da noite: Uma Índia se casa, mas não admite o contato sexual com o parceiro, enquanto não se fizesse noite. Esse manda buscá-la através de três criados seus, que vão até a Cobra Grande, pai da Índia, que lhes confia a noite dentro de um coco; mas adverte-os de que não deviam abrir o caroço. Curiosos, os índios abrem-no, e a noite escapa, tomando conta de tudo. É a Índia que, depois, separa o dia e a noite e castiga os servos, transformando-os em macacos.

É a análise que possibilitará a revelação das semelhanças e diferenças entre estes relatos.

3. Análise das narrativas

O ponto de partida de cada uma delas é uma **disjunção**, já que os casais Martim-Iracema, sacristão-teiniaguá e os jovens índios estão impedidos de coabitar. Esta interdição é superada a seguir, desencadeando-se a **conjunção sexual**, através do acasalamento; no entanto, este dado não é definitivo, pois, a esta reunião, sucede uma **disjunção segunda** devido a novas separações: a morte de Iracema; o abandono da sociedade pelo casal sacristão-princesa; e a divisão entre o dia e a noite.

A disjunção segunda não coincide, por sua vez, com o final do relato: graças à ação de Blau Nunes, o guardião e a teiniaguá podem voltar ao convívio da sociedade; Martim assume a educação de seu filho; e supõe-se que, havendo a noite, desapareçam os impedimentos levantados pela moça indígena. Deste modo, os textos apresentam uma mesma tríplice divisão, cujo conteúdo se assemelha:

1.º) disjunção	⇒	disjunção
2.º) conjunção	⇒	conjunção
3.º) disjunção	⇒	conjunção

Qual o conteúdo destes três momentos? A disjunção inicial provém sempre da proibição de contato sexual com a mulher, devido a algum impedimento seu: Iracema era uma sacerdotisa que deveria se conservar virgem; a teiniaguá era parceira do demônio; e a jovem Índia queria a noite. Com relação às personagens femininas, ainda avultam outras propriedades comuns, cuja interpretação amplia o significado da interdição inicial:

a) São apenas as protagonistas femininas as portadoras da função proibição.

b) Além de possuírem propriedades mágicas (Iracema conhecida "o segredo da jurema", a princesa e a Índia são feiticeiras), elas estão relacionadas a uma divindade pagã: Tupã, Anhangá-Pitã e a Cobra Grande. Relacionadas à esfera do divino, atuam na órbita do sagrado.

c) A proibição de contato sexual significa, pois, uma separação entre o divino, ao qual não pertence o parceiro masculino, e o humano.

Também as personagens masculinas apresentam aspectos em comum, porém, sem a mesma homogeneidade:

a) Martim, o sacristão e o índio não possuem atributos má-

gicos nem estão em contato direto com a divindade. Representam, pois, o profano.

b) Martim e o sacristão pertencem ao mundo dominado por valores cristãos; a eles está unida uma tarefa, a de conquistar a nova terra, por via direta (Martim) ou indireta (através da ação dos missionários). Devido à tarefa existente, a função que exercem é a do mandamento. Concretizada esta missão por meio do acasalamento, verifica-se que, em certa medida, também o índio executa um mandamento, cujo conteúdo, entretanto, não coincide com a "cristianização".

c) Com exceção do moço indígena, trata-se do engajamento do agente num processo de transplante cultural, concretizado na adoção dos valores cristãos e ocidentais pela nova terra. Ela será corporificada, por sua vez, pelas personagens femininas: Iracema é um anagrama de América; a princesa moura, em terras americanas, toma inicialmente a forma de um ser local, a teiniaguá, depois, de uma Índia tapuia. Além disto, após o contato sexual, elas perderão seus atributos mágicos, passando à esfera do profano e assumindo a ideologia do conquistador. (1) Em outras palavras, a conjunção é um correlato da **profanação** e a penetração sexual, um modo da penetração cultural.

O caso mais evidente deste processo é o do sacristão, o único para quem, além do mandamento, existe também uma proibição de contato sexual, pelo menos com parceiras pagãs — o que não acontece para Martim ou o indígena; para estes, dá-se tão somente a suspensão temporária da execução da tarefa. Devido a isto, a narrativa opera uma dissociação do actante sujeito em dois atores; e é introduzido o peão Blau Nunes, responsável pela ação salvadora.

Blau Nunes aparece ao sacristão, num primeiro momento, por acaso: andava à procura do boi barroso. Chegado à gruta do Jarau, o guardião submete-o a sete provas; caso fosse bem sucedido nelas, alcançaria a riqueza permanente. Portanto, Blau está sujeito à mesma tentação que fez com que o sacristão capturasse o príncesa: o tesouro. Porém, este acaba sendo dominado eroticamente e sucumbe, o que não acontece com Blau, que não chega a ser subjugado pelos encantos da teiniaguá. A salvação se dá, pois, através daquele que opera a dissociação entre a conquista (que também será criticada, enquanto tiver uma conotação materialista, já que o peão é levado a devolver a riqueza alcançada) e o sexo.

Este fato caracteriza mais uma vez a situação das personagens femininas nos relatos: são elas a operar a transgressão, quando aceitam a conjunção sexual; e o resultado é a transformação do seu mundo, quando da mutação, desencadeada pela atuação masculina, do sagrado em profano. ação que exercem porque estão cumprindo o mandamento, isto é, o seu dever.

Esta profanação, comum às três narrativas, tem um sentido especial nos trabalhos de Alencar e Simões Lopes: será também a introdução dos valores culturais europeus, portados no texto pelos agentes masculinos, Martim e o sacristão. Relacionado este fato à época em que transcorrem as ações, fica mais evidente esta influência: elas coincidem com o início da colonização do Ceará e do Rio Grande do Sul, respectivamente. Este dado é importante, na medida em que as narrativas analisadas se inscrevem numa certa tradição da literatura brasileira, a do indianismo e do regionalismo, (2) cujos propósitos foram os de valorização dos elementos aborígenes em si ou conciliados ao alienígena. Mas o que aqui acontece é o contrário: não apenas há a destruição do universo local, mágico e primitivo, como também a heroização daquele que desencadeou o processo, o representante europeu.

A conjunção supõe, deste modo, uma renúncia, a ser exercida pelas jovens. Seu ponto de partida fora a disjunção, devido à vivência de realidades distintas pelos atores: o mundo pagão e natural, no qual a mulher tinha uma atribuição sagrada, de um lado; de outro, o mundo cristão e cultural, profano, do qual ela vem (ou não, como Iracema) a participar depois. Nesta medida, embora os valores cristãos não tenham sido nem sonhados pelos índios produtores da lenda da noite, também aqui se verifica que o processo narrativo dá conta de uma transformação, comum aos três relatos: a passagem da natureza à cultura, segundo Lévi-Strauss, o objeto constante do mito, pois transmite a criação do mundo e de suas instituições, explicando o *status quo* à coletividade que o gerou.

Neste sentido, a disjunção inicial parece ter encontrado uma conciliação. Porém, o seu ponto de partida era também o exercício pelos atores de funções opostas, cabendo aos agentes masculinos o mandamento, e às mulheres, a proibição. Em outras palavras, a ordem positiva atribuída aos homens correspondia a interdição comunicada às protagonistas femininas. Como a execução de uma impedia a manutenção da outra, verifica-se uma separação radical entre os seres, revelando uma contradição, desta vez ao nível funcional. A ação procedida pelas personagens terá como resultado então a manifestação de outras duas funções:

homens:	mandamento	⇒→	cumprimento
mulheres:	proibição	⇒→	transgressão

O cumprimento da tarefa coincide com o final da participação dos homens no relato; mas as mulheres ainda são vítimas de uma punição: Iracema morre abandonada, e a teiniaguá se exila, com o seu amado, na gruta do Jarau, completando-se assim o seu esquema funcional: proibição ⇒→ transgressão ⇒→ punição.

Porém, a punição também poderá ser uma vivência masculina, quando a tarefa dele se tornar complexa. É o caso do sacristão, que deveria cumprir a missão civilizatória, sem imiscuir-se na esfera sexual. Rompida esta lei, torna-se passível de um castigo e de uma transformação actancial: o seu papel será dividido com Blau Nunes, o salvador que exerce apenas a função do mandamento, mantendo-se puro no que se refere ao contato com mulheres.

Na lenda indígena, por sua vez, a transgressão é exercida pelos servos, sobre quem recai a punição através de sua transformação em animais; nesta medida, é à natureza que se transfere o castigo:

a) Metamorfoseados em macacos, os servos não participam da passagem à cultura; por outro lado, tornam-se os signos naturais de um erro humano.

b) O mundo natural perde o seu caráter unitário, separado agora em dia e noite.

Portanto, ao nível funcional, não se verifica a solução da contradição com que a ação se iniciara, a disjunção primeira; pelo contrário, permanece uma antinomia, seja pela consagração de funções contrastantes (mandamento X transgressão-punição), exercidas por seres que deveriam estar em harmonia, seja pela transferência a um actante — a natureza — de um caráter conflitivo: signo do pecado humano, apresenta uma eterna oscilação entre o dia e a noite.

Como se vê, desencadeada a narrativa para resolver uma dicotomia, esta acaba por se transferir a outras situações; a diferença é que se anulam ao final os meios de superá-la, devido à transformação (ou desaparecimento) de parte dos protagonistas. Fica evidente, por outro lado, o produto final desta transformação: o mundo cultural e as suas qualidades essenciais, a saber:

a) Sua origem está aliada à anulação violenta de peculiaridades do mundo primitivo, tomando o caráter de uma "colonização", quando for corporificado por personagens vinculados ao contexto europeu.

b) Oriundo de um confronto dicotômico, a transformação que o instala não refletirá uma passagem harmônica, pois, durante o processo, acontecem sacrifícios. Por outro lado, após o desaparecimento do mundo original primitivo, não se verifica a dissolução das contradições. Pelo contrário, o que se eterniza, junto à cultura, são as dicotomias que esta traz consigo.

Preocupados todos os relatos em narrar o início de um mundo, eles não conseguirão evitar dar conta da globalidade deste, através do desvelamento de seus conflitos.

4. Conclusões da análise textual

Através da descrição até aqui procedida, parece evidente a u-

tilidade que podem ter para o estudo literário os resultados metodológicos obtidos pela Semiótica Narrativa, na medida em que esta fornece meios para a revelação do sentido mais íntimo do texto. E não apenas isto: aplicada às narrativas em pauta, salienta-se um elemento importante, até então insuspeitado: a permanência de contradições internas, que subsistem mesmo quando uma conjunção final é alcançada pelas personagens.

Por outro lado, cabe uma reflexão sobre este sentido mais íntimo; para a Semiótica Narrativa ou segundo os pressupostos de Lévi-Strauss, antes discutidos, ele é ao mesmo tempo inconsciente o que se confirma pelo fato de estar em contradição com os próprios programas que geraram os textos, e um código de referência — o que também parece exato, pois são elementos comuns a mitos de procedência bastante distinta. E por isso que as pesquisas efetuadas pelo etnólogo francês concluem pela unidade do pensamento humano nas suas mais diferentes expressões, estejam separadas no tempo e no espaço ou pertençam a estágios culturais diversificados, o que lhes garante universalidade. Contudo, esta noção deve ser relativizada, pois, como define o mesmo Lévi-Strauss, em "O triângulo culinário", o mito é "um esforço para corrigir ou dissimular uma dessimetria constitutiva" percebida na coletividade, agindo então como um importante fator de coesão social. No entanto, passa-se algo diferente nos textos de Alencar e Simões Lopes, pois as dicotomias presentes na narrativa e que provêm do mundo vivido pelos autores (e que se refletem no programa literário a que obedecem) não se resolvem; pelo contrário, tornam-se mais evidentes, apontando para a existência de conflitos à primeira vista irreconciliáveis. As tentativas finais de superá-los soma-se a atitude que suprime; isto é, opta-se pela eliminação do que, como Iracema, provoca a ambigüidade. E este fato também é revelador: mostra que uma conciliação — como em *A Salamanca do Jarau* ou *Iracema*, por meio de Poti, cristianizado — só é possível, quando a personagem que provoca a contradição (ou parte dela) absorve os valores alienígenas. Devido a isto, contudo, reaparece a contradição em outro nível: com os propósitos nacionalistas que determinaram a produção dos textos. Em outras palavras: com a tradição literária na qual eles se inscrevem qual seja, o indianismo e seu sucessor, o regionalismo.

Não é o mesmo com a lenda indígena: aqui, a supressão parcial dos criminosos, assim como a presença da dicotomia, representada pela separação entre o dia e a noite, transformam-se no testemunho de uma transgressão praticada pelo ser humano, isto é, de seu "pecado original" e de sua falibilidade. Devido a isto, justifica-se a existência de forças mágicas reguladoras na sociedade, como a Cobra Grande e a moça indígena, cujo poder é condição necessária à manutenção do equilíbrio do real. A prática do con-

trole social atribui-se um conteúdo positivo, como contrapartida à índole negativa da raça humana. Como se vê, no primeiro caso, o escritor compromete a sua intenção, em troca da revelação de certas condições de desequilíbrio que não lhe pertencem, mas à sociedade onde vive e que serve de mediadora entre sua pessoa e o texto produzido; enquanto que, no outro caso, quem se compromete é a humanidade, que vem a ser advertida e controlada pelo mito. Deste modo, enquanto que as obras de Alencar e Simões Lopes abrem caminho à compreensão crítica da sociedade brasileira, historicamente determinada nos relatos, no mito amazônico estes fatores locais desaparecem. Por isso, podem as primeiras ser consideradas criações literárias, e não apenas lenda: é que atuam como uma reflexão sobre um certo mundo, visando a expô-lo através de seus conflitos, o que não ocorre integralmente no texto pertencente ao folclore.

Se concluímos acima pela utilidade da Semiótica Narrativa enquanto uma metodologia que pode se pôr a serviço do estudo textual, verificamos agora que este aspecto é ampliável, na medida em que, ao lado da comprovação da unidade entre relatos distintos, desvela-se também a diferença entre eles, diferença que aponta a uma vivência específica de um contexto dado e que assegura sua individualidade. E neste ponto, contudo, que intervém uma outra ciência, cuja complementariedade em relação à Semiótica Narrativa se evidencia: a Sociologia Literária, que tem condições de averiguar este relacionamento existente entre o escritor e a realidade que o cerca e que é revelada pela narrativa.

A compreensão da tarefa da Semiótica Narrativa no nível a que se faz referência e que coincide com parte dos resultados metodológicos e conceituais de Cl. Lévi-Strauss (a outra parte é esta ênfase na Sociologia Literária) tem, por sua vez, uma consequência: a renúncia a uma das metas desta ciência, qual seja, o estabelecimento e fixação das normas gerais da narrativa. Com efeito, se todo o relato, simples ou complexo, artístico ou não, emerge desta dupla relação, de um lado com os constrangimentos da narração, de outro, com os constrangimentos sociais vividos pelo autor (mesmo inconscientemente, como se viu) e aos quais ele responde, romper com qualquer um destes laços não é apenas uma deformação do processo criativo, como ainda a negação da via que leva à compreensão de seu valor literário, isto é, de sua especificação dentre tais alternativas.

NOTAS:

(1) Não é o caso de Iracema, que perece; mas seu filho é educado em Portugal. E Poti, índio como a moça e amigo de Mar-

tím, cristianiza-se e adota um nome lusitano, Antônio Filipe Camarão.

(2) A filiação entre os dois movimentos é descrita por Afrânio Coutinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCAR, José de. *Iracema (Lenda do Ceará)*. São Paulo, Melhoramentos, 1960.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Martins, 1971.
- COUTINHO, Afrânio (ed). *A Literatura no Brasil*. 3.º volume. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1969.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Le Triangle Culinaire", *L'Arc*. Paris, 1969.
- _____. "A estrutura dos mitos". *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- _____. "La geste d'Asdiwal", *Anthropologie Structurale Deux*. Paris, Plon, 1973.
- SIMÕES LOPES NETO, João. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1949.
- ZILBERMAN, Regina. "A Salamanda do Jarau: sentido e estrutura da lenda". *A Invenção, o mito e a mentira*. Porto Alegre, SEC/DAC/IEL — Editora Movimento, 1973.
- _____. *Do mito ao romance: tipologia da ficção brasileira contemporânea*. Caxias do Sul. EST/UCS. 1977.